

EDUCAÇÃO E MEIO RURAL: BREVE CONTRIBUIÇÃO VISANDO A PROPOSIÇÃO DE TEMAS PARA A PESQUISA SÓCIO-EDUCACIONAL*

Lia Fukui **

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste trabalho, pretende-se discutir a relação entre educação e meio rural, à luz de algumas linhas de pesquisa recentes em Sociologia. Trata-se, portanto, de um documento dirigido ao pesquisador que, preocupado com problemas de educação, procura refletir sobre de que forma certos resultados de pesquisas contribuem para uma visão mais aprofundada, para uma abordagem mais profícua da relação educação/meio rural.

Não vamos tratar dos objetivos da educação; esta é uma área do pedagogo que, apoiado na Ciência da Educação, procura normas para a ação através de uma análise do conteúdo da ação educativa. Não vamos tratar também de alternativas para a ação; esta é a área do planejador que traça objetivos e executa planos para alcançar determinadas metas, utilizando resultados de pesquisa. O pesquisador, diferentemente daqueles dois especialistas, se preocupa em descrever o que é, antes de dar subsídios para o que **virá a ser**. trata-se portanto de uma fase anterior à ação; de uma reflexão sobre a relação educação/meio rural, buscando maneiras de apreender, na realidade social, elementos que permitam a análise sistemática, o conhecimento objetivo e a explicação, a fim de fornecer subsídios ou alternativas para a ação. Isto, no entanto, não significa que, nesta fase de trabalho, o pesquisador se considere neutro em re-

lação ao seu objeto de estudos. A abordagem de um tema supõe sempre uma escolha: de informações, de bibliografia, da proposta de trabalho e da própria apresentação do tema no decorrer do texto. Ao se tratar a educação como tema de pesquisa, atribui-se implicitamente a ela um **valor**. O fato de querer conhecê-la mais minuciosamente significa que se admite que a educação tem um sentido e um significado para as populações urbanas e rurais, que este sentido deve ser conhecido por sociólogos, educadores e planejadores.

Assim sendo, a elaboração de um documento de trabalho tem por objetivo primeiro suscitar discussão, rever posições adotadas, aprofundar questões muitas vezes não suficientemente explicitadas nos estudos e que só a análise de conjunto permite visualizar em suas similaridades, divergências e contribuições. Trata-se, portanto, de uma primeira colocação, aberta, que procura estabelecer um ponto de partida, sugerindo a reflexão sobre a relação educação/meio rural no Brasil, hoje.

A indagação que norteia a reflexão neste texto é a seguinte: como pode ser entendida, na pesquisa sócio-educacional, a relação educação/meio rural? Entende-se por pesquisa sócio-educacional qualquer estudo empírico que, de um ponto de vista sociológico, incide em uma ou mais das seguintes áreas: situação escolar, sistema escolar, relações entre a escola e o sistema social mais amplo¹.

Para melhor abordar a questão torna-se necessário subdividir o tema em três partes:

1. Como tem sido entendida a educação
2. Como tem sido entendido o meio rural
3. Como se estabelece a relação educação/meio rural na pesquisa sócio-educacional.

*Comunicação apresentada no 1º Encontro de Pesquisadores Educacionais do Nordeste — Universidade Federal de Pernambuco. Transcrita de **Ciência e Cultura**, São Paulo, 30 (2): 141-7, fev. 1978.

**Da Universidade de São Paulo.

1. Joly Gouveia, A., 1971. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** (1), Fundação Carlos Chagas.

I - EDUCAÇÃO NA VISÃO DE ALGUNS SOCIÓLOGOS

A educação pode ser entendida em sentido lato "como processo em que uma ou várias funções do homem ou dos animais se desenvolvem gradualmente pelo exercício e se aperfeiçoam; em sentido estrito, a educação se volta principalmente para o desenvolvimento de uma ou várias funções, nas crianças, nos adolescentes, nos jovens e também nos animais. através sempre do exercício gradual e do aperfeiçoamento" (Lalande)². Este exercício gradual tem conotações culturais diversas segundo as sociedades. Nas sociedades modernas, o conceito de educação se amplia e se modifica à medida que abrange outras categorias sociais e outras formas de transmissão de conhecimento. Fala-se em educação permanente, em educação de adultos, em educação de massa, que tanto pode abranger parte como o conjunto de uma dada população.

Não cabe aqui uma discussão que abarque todos os aspectos da ação educativa; seria muito vasto. A escolha recai sobre a escola, já que, parafraseando Antonio Candido, "a escola não pode ser considerada como todo o processo educativo mas como seu eixo. Torna-se necessário conhecer melhor a escola, enquanto grupo social complexo, pois da análise de suas situações específicas é que o educador poderá agir adequadamente, traçar normas convenientes de ajustamento social sem o qual periga a eficiência pedagógica"³.

Como tem sido estudada a educação e a escola de um ponto de vista sociológico?

Os levantamentos bibliográficos efetuados por Cristina Souza Campos⁴ em 1970 e por Aparecida Joly Gouveia⁵ em 1971 mostram a precariedade de estudos brasileiros sobre o tema. Não obstante, uma análise ainda que superficial dos trabalhos sócio-educacionais com base em pesquisa

2. Lalande — **Dictionnaire de philosophie.**

3. Cândido, Antonio, 1964. Tendências no desenvolvimento da Sociologia da Educação. In Foracchi, Pereira. **Educação e sociedade.** Cia. Editora Nacional. p. 8-18.

4. Souza Campos, Maria Cristina, 1971. Bibliografia comentada sobre educação no Brasil. In Pereira de Queiroz (org.) **Introdução ao estudo da Sociologia no Brasil.** CERU/IEB, 3º caderno, p. 264-312.

5. Joly Gouveia, 1971, **op. cit.**

empírica — e não de toda produção sociológica sobre educação — mostra nitidamente três linhas de estudos que podem facilmente ser delimitadas a partir da maneira como os autores enfatizam aspectos da educação e da escolaridade. A saber:

- a educação encarada em suas funções sociais
- a educação encarada como técnica de mudança social
- a educação encarada como produto social.

Estas três linhas refletem o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Assim, torna-se pertinente, nesta exposição, a demonstração de que os níveis de explicação da realidade social são mais abrangentes e mais profundos à medida que muda o enfoque da educação como função social, como técnica social e como produto social.

1. Educação como função social

Nesta linha de pesquisa, os autores, baseados em Durkheim⁶, procuram apreender o processo educativo, ou mais precisamente, as múltiplas atividades da instituição escolar, enfatizando a defasagem existente entre os ideais propostos, as metas da educação e a ação efetiva da escola. Visam um ajustamento entre as metas e o conteúdo da educação, através de uma adequação ou reformulação da atividade educativa. Não se questiona sobre o significado da escola num meio social dado; busca-se ajustá-la, integrá-la a diferentes meios, a fim de que alcance seus objetivos.

A divulgação das idéias de Durkheim no Brasil surge com Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, isto é, com o movimento da Escola Nova e com a Sociologia na década de 30. Entretanto, a pesquisa sócio-educacional aparece apenas em fins da década de 50 com os trabalhos de Luiz Pereira⁷ e de João Baptista Borges Pereira⁸, respectivamente sobre a

6. Durkheim, E., 1964. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In Pereira, Foracchi, **Educação e sociedade,** p. 34-48.

7. Pereira, L., 1960. **A escola numa área metropolitana:** monografia sociológica sobre o funcionamento interno e as relações da escola primária com o meio social local. Boletim n? 253, Sociologia n? 8, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

8. Borges Pereira, J. B., 1969. **A escola secundária numa sociedade em mudança:** interpretação sócio-antropológica de uma experiência administrativa, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

escola primária e a escola secundária em área metropolitana. Ambos estudam as relações entre a escola e a comunidade local. Partem de uma descrição dos objetivos da educação propostos pela legislação e fazem um estudo de caso, preocupando-se com aspectos funcionais da escola; as relações entre seus membros e as atividades por eles executadas; as conexões entre a escola e o contexto sócio-cultural onde ela se insere; as relações dos membros da escola com os moradores da área e as funções manifestas e latentes desempenhadas pela escola. Traça-se um quadro de defasagem entre a instituição escolar e os ideais educacionais, e visa-se traçar normas ou fornecer subsídios para um melhor entrosamento entre a prática pedagógica e os ideais propostos. São temas pertinentes, nesta linha de pesquisa, a estrutura da escola, a cultura da escola. Verifica-se a distância entre o ideal pedagógico de igualdade de oportunidades e a vivência escolar que traz em sua organização interna as diferenças da estrutura social; mostra-se assim que a situação de fato está sempre aquém do ideal. Fornecem-se elementos para o melhor conhecimento da escola enquanto grupo social e complexo, e enquanto empresa.

2. Educação como técnica social

A educação encarada como técnica de mudança social surge paralelamente à Sociologia do Desenvolvimento. Não basta, para esta abordagem, assinalar as disfunções da escola e seu afastamento em relação às normas ideais. Torna-se necessário que a educação contribua para uma mudança de atitudes da população. Torna-se necessário quebrar as "resistências à mudança". A escola deve propor novos ideais, novas atitudes, novos valores. A educação passa a ter papel importante no desencadeamento do processo de desenvolvimento.

Inspirados em Mannheim, os autores vêem a educação como um conjunto de técnicas sociais, isto é, "métodos de influenciar o comportamento humano de maneira que este se enquadre nos padrões vigentes de interação e organização sociais"⁹. A educação passa a ter papel ativo no desenvolvimento econômico, no desencadeamento de atitudes novas visando a modernização, na aceitação de novos estilos de vida, de novas valorizações do trabalho.

9. Mannheim, K., 1964. A educação como técnica social. In Pereira, Foracchi. Educação e sociedade, p. 88-90.

O papel da educação na mudança social é fartamente discutido tanto nas organizações internacionais como a UNESCO, que tem inúmeras publicações sobre o tema¹ e que paralelamente desencadeia intensa campanha de alfabetização por todo o mundo desenvolvido¹, como entre sociólogos que procuram discutir, a nível nacional, qual a melhor maneira de modernizar ou adequar os objetivos educacionais à nova sociedade que surge. Entre os teóricos da educação no Brasil destaca-se, em fins da década de 50, Florestan Fernandes, e toda a campanha que desenvolveu na discussão da Lei de Diretrizes e Bases¹². Entre os pesquisadores, para citar apenas dois, destacam-se os trabalhos de Aparecida Joly Gouveia sobre o ensino médio¹³ e o de Achim Schrader sobre o ensino primário no Rio Grande do Sul¹⁴.

Aparecida Joly Gouveia parte do questionamento do papel que a educação desempenha no desenvolvimento econômico (p. 22) e tenta verificar quais as transformações que se operam na educação de nível médio à medida que a sociedade se urbaniza e se industrializa. Vai pesquisar a origem sócio-econômica, idade, o exercício ou não de atividade remunerada, aspirações populacionais e atitudes em relação a certas situações de trabalho, buscando explicações sobre a resistência à rotina escolar e sobre o processo de "peneiramento" "que caracteriza o ensino de nível médio no Brasil" (p. 24)¹⁵.

Achim Schrader também se situa na mesma linha em **Oferta e procura** educacional¹⁶, quando questiona sobre a posição da escola primária no processo acelerado de mudança social (p. 13). Preocupa-se em descrever as relações pais, professores, alunos no meio rural de origem imi-

10. CEPAL, 1969. El cambio social y la política da desarrollo social en America Latina. Nações Unidas, Nova York.

11. Nations Unies — Campagne mondiale pour l'alphabétisation universelle. Conselho Economico v Social, 15 de maio de 1963 (//3771).

12. Fernandes, F., 1966. Educação na sociedade brasileira. Domus Editora - Editora da USP, 620p.

13. Joly Gouveia, A., 1969. Ensino médio e desenvolvimento. Edições Melhoramentos/Editora USP.

14. Schrader, A. e outros, 1973. Oferta a procura educacional: pesquisa realizada no interior do Rio Grande do Sul. Edições URGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

15. Joly Gouveia, A., 1969, p. 24.

16/17. Schrader, op. cit., p. 13.

grante no Rio Grande do Sul, fornecendo assim subsídios para a melhoria de ensino em várias regiões gaúchas.

O estudo das aspirações, em ambos os autores, permite avaliar as expectativas da população em relação à escola; com isto, contribuem para delinear melhor o papel da escola no processo de desenvolvimento e, por conseguinte, sua especificidade enquanto técnica de interferência na realidade social.

Demonstram fartamente, estes e outros trabalhos, que a escola **segue** as mudanças sociais; ela é resultado de mudanças e não desencadeadora de desenvolvimento, como se acreditava. Assim, uma reavaliação dos ideais pedagógicos de ensino para todos e a situação da escola em diferentes meios sociais leva os pesquisadores a um impasse. Por que a escola não homogeneiza? Por que a seletividade? Chega-se assim à terceira colocação deste trabalho.

3. A educação como produto social

Esta linha de pesquisa se origina de maneira indireta dos insucessos das campanhas de alfabetização empreendidas pela UNESCO¹⁸ e mais diretamente de resultados de pesquisa antropológica e sociológica que questiona a própria instituição escolar numa dada sociedade. Hoggarth¹⁹ mostra como a classe trabalhadora inglesa reinterpreta os ensinamentos escolares segundo uma base cultural específica em seu célebre trabalho **The uses of literacy**. Bourdieu e Passeron mostram que as oportunidades de sucesso escolar na escola secundária francesa são percentualmente muito maiores entre filhos de funcionários ou trabalhadores de nível médio e superior do que entre filhos de agricultores e operários²⁰. Baudelot e Establet mostram como a escola primária também exerce esta seletividade sobre a população com base em estatísticas nacionais; os filhos de agricultores e operários não qualificados têm maior índice de repetência e evasão escolar²¹. Carnoy, nos EUA, mostra como as minorias étnicas — chicanos, portorriquenhos e negros — têm desempenho

escolar insuficiente quando comparadas com as majorias brancas. Assim, curiosamente, resultados de pesquisa semelhantes são apontados tanto em países de ensino centralizado como a França, como num sistema de ensino totalmente descentralizado como o dos **EUA**. A escola aparece sempre como um elemento de seletividade social. A "cultura da escola" é vivida e pensada por determinadas categorias sociais (planejadores e educadores) e a transmissão de conhecimentos da escola está mais adequada a determinadas camadas sociais do que a outras. A "cultura da escola" identifica-se com a cultura de determinadas camadas sociais urbanas, nas diferentes sociedades nacionais. A escola, apesar de seus ideais democráticos e igualitários, tem um papel, nas diferentes sociedades nacionais, de legitimadora de diferenças entre camadas sociais.

A escolaridade é elemento que se acrescenta à base cultural de **uma** camada social e não é desencadeadora de atitudes novas frente à modernização. *Passa-se* então a enfatizar, na escola como produto, como resultado de uma determinada situação social, as relações de dominação-subordinação inerentes a toda a ação pedagógica: adultos sobre crianças, detentores de conhecimentos sobre não-detentores deste conhecimento, etc.²³

Esta tendência, embora fora do Brasil date de mais de 10 anos, só recentemente começou a surgir na Sociologia brasileira. O Simpósio **Educação como forma de colonialismo**, recentemente publicado, recorre à questão tanto na relação adulto-criança, quanto na relação educação formal e educação não-formal, quanto no aspecto classes superiores sobre classes inferiores.

O trabalho de pesquisa de Silke Weber²⁴, também recentemente publicado, permite traçar os contornos desta linha de abordagem dos problemas educacionais. A autora parte de um estudo de aspirações educacionais em três meios sociais do Recife e procura verificar qual o conteúdo e o sentido da educação entre os pesquisados. Qual o valor que atribuem à escolaridade, o que são educação e instrução para os pesquisados?

18. Nações Unidas, 1963, op. cit.

19. Hoggarth, R. - Chatto & Windus, 1957 (The uses of literacy)

20. Bourdieu et Passeron, 1970. La reproduction: elements pour une théorie du système d'enseignement. Les Editions Minuit.

21. Baudelot & Establet, 1976. L'école primaire divise Maspero. Paris.

22. Carnoy, M., 1976. Educación como una forma de imperialismo. Siglo Veintiuno. México.

23. Pereira de Queiroz, M. I. (org.), 1976. Ciência e cultura, op. cit.

24. Weber, S., 1976. Aspirações à educação: o condicionamento do modelo dominante. Vozes, Petrópolis.

No que se refere às aspirações chega-se, curiosamente, a um jogo de espelhos. As aspirações da população refletem os ideais propostos como metas e objetivos da educação. Quanto à situação de fato, quem alcançará estes ideais? O conjunto da população? A ação seletiva da escola vai permitir que apenas as camadas mais privilegiadas tornem possível a adequação do ideal à situação de fato.

A escola surge, assim, como um produto social, refletindo a posição das camadas sociais na estrutura regional ou global de uma sociedade. Quais os reflexos destas colocações em relação ao meio rural? Qual o papel da educação entre as populações rurais? Vejamos antes como tem sido tratado o meio rural.

II - O MEIO RURAL NA VISÃO DE ALGUNS SOCIÓLOGOS

A definição do rural e do urbano é até hoje questão aberta em Sociologia. Não cabe, portanto, num trabalho breve como este, entrar pelos meandros teóricos que caracterizam as diversas proposições do conceito. Adota-se, nesta exposição, o conceito que reúne maior consenso; isto é, são rurais aqueles grupos que, numa dada sociedade ou setor dela, estão diretamente ligados à produção agrícola; define-se o rural pela natureza da produção. Deixam-se propositalmente de lado conceitos mais abrangentes que incluem no contexto rural a residência, a densidade demográfica, ou mesmo um conjunto de valores ligados à produção rural.

Os estudos sociológicos sobre meio rural entram em pleno florescimento a partir da década de 60. Podem-se encontrar tantos trabalhos que descrevem situações locais como pesquisas empíricas que abarcam uma região, um estado, a sociedade brasileira como um todo; tanto podem ter uma contribuição limitada, visando esclarecer um aspecto da realidade rural, como podem tentar traçar as grandes linhas da transformação do setor rural na sociedade brasileira passada e presente. Há diversidade de colocação teórica, diversidade quanto ao ângulo de abordagem, diversidade quanto à adoção de conceitos que muitas vezes abarcam a mesma realidade mas analisam-na sob ângulos e aspectos diferentes. Cada novo trabalho propõe revisões, novos temas, novos problemas e novas perspectivas de abordagem. A diversidade é grande e a

visão de conjunto, por ora, impossível. Não se pode falar propriamente em linhas de pesquisa diante da multiplicidade da produção sociológica; pode-se, no entanto, discernir basicamente três temas: a difusão e a inovação tecnológica; a transformação das relações de trabalho; a inter-relação e interdependência do rural e do urbano.

1. Difusão e inovação tecnológica

Os estudos sobre inovações tecnológicas no meio rural surgem com a Sociologia do Desenvolvimento. Partem do pressuposto de que a adoção de novas técnicas no meio tradicional "desencadeará quase que inevitavelmente uma aceleração do processo de desenvolvimento rural... aceitam seus autores como válida a idéia de que tudo que é tradicional constitui, quase que por definição, obstáculos ao desenvolvimento" (Pereira de Queiroz, M. I., 1971)²⁵. Logo, a educação orientada para o desenvolvimento rural é encarada como uma técnica de mudança social. Ela deverá modificar "as atitudes dos homens, suas relações, o nível de suas aspirações e facilita sua adesão e sua participação no processo de mudança, condição fundamental do desenvolvimento econômico"²⁶.

As pesquisas empíricas relacionadas a esta área orientam-se essencialmente para a receptividade a ideais novos, preocupam-se em estabelecer índices de aceitação de novas técnicas correlacionadas com a possibilidade de acesso à informação instrumental e à educação formal²⁷.

A avaliação crítica destas pesquisas e desta colocação não tardou em mostrar a precariedade e os limites de tal abordagem que não leva em

25. Pereira de Queiroz, M. I., 1971. Novas orientações da sociologia rural no Brasil. In Pereira de Queiroz, M. I. (org.). **Introdução ao estudo da Sociologia no Brasil**: pesquisas sociológicas empíricas CERU/IEB.

26. Malassis, L., 1972. Educação e desenvolvimento rural. In Szmrecsányi e Queda (org.) **Vida rural e mudança social**. Cia. Editora Nacional, p. 99-115.

27. Fliegel e Oliveira, 1965. **Receptividade a idéias novas e êxodo rural numa área colonial**. Estudos e Trabalhos n° 14, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fliegel, F., 1969. **Alfabetização e exposição a informação instrumental entre agricultores do município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul**. Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Porto Alegre.

consideração a estrutura fundiária, a diferenciação dos grupos rurais e os motivos principalmente econômicos pelos quais a inovação, embora conhecida e valorizada, não é adotada. Problemas como posse e uso da terra, possibilidade de obtenção de financiamento, colocação de produtos no mercado e a própria estrutura dos grupos rurais, precisavam ser considerados antes de abordados os problemas de inovação no meio rural. Esta revela-se uma abordagem tosca e inadequada para apreender a complexidade do que realmente ocorre.

A grande variedade de trabalhos nos dois temas subseqüentes surge quer das críticas a estes trabalhos sobre adoção, que representam relativa pobreza de colocação e de abordagem do tema rural, quer do desafio que a realidade rural representa à explicação e ao conhecimento nas Ciências Humanas.

2. Transformação nas relações de trabalho

Nos estudos sobre transformação das relações de trabalho são encontrados tanto tratamentos teóricos como empíricos que procuram explicar o sentido das transformações no campo tendo em vista o passado colonial, a monocultura exportadora, a produção de abastecimento e em cada um destes aspectos, as diversidades regionais e as diferentes modalidades de campesinato, parceria, colonato, salariado, que congregam grupos sociais os mais diversos numa hierarquia e estrutura sociais que estão longe de ser visualizadas em seu conjunto. Para citar apenas dois exemplos diametralmente opostos quanto à colocação teórica, que abarcam o Brasil como um todo em sua complexidade, veja-se Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, "Posse e uso da terra no Brasil"²⁸, já um pouco antigo, e o trabalho recente de J. R. Brandão Lopes, *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*²⁹.

3. A inter-relação do rural e do urbano

Neste tema encontram-se trabalhos que tratam de movimentos sociais³⁰,

28. CIDA, 1967. **Posse e uso da terra no Brasil**. Washington, D. C.

29. Brandão Lopes, J. R., 1976. **Do latifúndio a empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Cadernos CE BR AP n? 26.

30. Martins, 1973. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo, Pioneira.

Nogueira Negrão, L., 1972. **Um movimento urbano: messianismo e mudança social no Brasil**.

sistemas de estratificação dos grupos étnicos³¹, visão do mundo³², família³³, catolicismo³⁴ nos grupos rústicos. Procura-se entender e explicar quais os elementos da sociedade mais ampla que estão presentes nas diversas modalidades e manifestações da vida social dos grupos rurais e questiona-se qual o sentido do rural e do urbano numa sociedade em plena transformação.

Haveria dentro dos dois temas acima apontados algum traço comum, algum pressuposto que permita encontrar uma unidade de tratamento dentro da diversidade de perspectivas? Implicitamente, os trabalhos de pesquisa tanto num como noutro tema, partem de dois pontos essenciais: 1. as relações de trabalho são o eixo a partir do qual se pode entender a explicar as transformações do meio rural; 2. os grupos rurais têm na sociedade global uma posição social subordinada. A interdependência do rural e do urbano em todos os aspectos da vida social pressupõe uma dominação do urbano sobre o rural e as alterações nas relações de trabalho no campo pressupõem também esta dominação.

Chega-se assim ao terceiro ponto deste documento de trabalho: a relação entre educação e meio rural.

III - COMO SE ESTABELECE A RELAÇÃO EDUCAÇÃO/MEIO RURAL NA PESQUISA SÓCIO-EDUCACIONAL

Partiu-se de uma afirmação, no início deste trabalho, de que a educação é um valor e como tal tem, em nossa sociedade, um significado. Este significado varia segundo as diferentes camadas da população. Cabe ao pesquisador verificar, ou melhor desvendar, qual o sentido e o significado da educação nas diferentes camadas sociais, fornecendo assim uma visão diversificada segundo as mesmas.

Verificou-se que efetivamente a escola exerce uma ação seletiva na população e reflete em sua organização interna a estrutura das diferentes

31. Rodrigues Brandão, D., 1976. **Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás**. Universidade Federal de Goiás.

32/34. Pereira de Queiroz, M. I., 1973. **O campesinato brasileiro**. Vozes Editora-Editora USP.

33. Fukui, L. **Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sítiantes tradicionais**. Attica (no prelo).

camadas sociais. Apesar de um ideal educacional igualizador e democrático, as escolas diferem essencialmente umas das outras segundo os meios sociais nos quais elas se inserem.

Verificou-se também que o meio rural é subordinado ao urbano e que pode ser melhor apreendido em suas transformações através da análise das relações de trabalho. Iso posto, juntando-se estas três premissas torna-se possível colocar um problema de pesquisa.

Qual o sentido e o significado da escola no meio rural? Em que medida ela representa um valor para os pais dos alunos? A que categorias sócio-econômicas locais ela beneficia e de que maneira? A que categorias sociais ela não atinge e por que? Por que a escola é eficiente ou não? Existe uma "lógica", da ineficiência escolar? Qual é ela?

As respostas que pressupõem a distância entre ideal pedagógico e ação já estão descartadas. São insuficientes e não são explicativas. Aquelas que procuram ver a escola como um instrumento de mudança também estão descartadas; através da história, a escola acompanhou as mudanças e nunca as promoveu, ela tem sido um reflexo de desenvolvimento.

Não obstante, a escola existe no meio rural. Qual o papel efetivo que cumpre? Em que medida pode servir como elemento de diagnóstico das mudanças sócio-econômicas de uma dada região? A visão diferenciada da escola segundo diferenças regionais permitirá estabelecer uma visão diferenciada da estrutura social especificada desta região?

São as questões colocadas à guisa de problemas e que podem servir à proposição de temas de pesquisa.

CONCLUSÃO

Cabe, no final deste documento, como conclusão, justificar a colocação do problema.

Planejadores e educadores têm trabalhado incessantemente no estabelecimento de metas e planos quer educacionais, quer em relação a outros aspectos da vida social. Baseavam-se implicitamente numa idéia de desenvolvimento, num ideal de sociedade. Ora, ao que tudo indica, as metas e os destinos das sociedades estão sofrendo severa revisão crítica e reformulação. A elaboração de um documento de trabalho, aprovada pela Assembléia das Nações Unidas em 1974, sobre uma "nova ordem econômica"³⁵ reflete o questionamento de certas metas e objetivos. Essencialmente, o documento propõe, além de uma nova ordem econômica baseada na substituição de um mercado livre por um mercado planejado; a substituição de tecnologia pesada (poluidora) por tecnologia suave ("soft" e não poluidora); a revalorização do tradicional; a proposição de um lugar mais modesto da ciência ao lado da poesia e da ética, considerada a ciência apenas como parte de uma cultura e não como seu fator predominante e força toda poderosa; o respeito às minorias e aos valores indígenas e autóctones.

Diante disto, parece ser este o momento do pesquisador intensificar seus trabalhos sobre a escola ou sobre outras esferas da vida social, mostrando como elas são, para poder melhor pensar **como virão a ser**.

35. UNESCO, 1976. **Toward chartge: some thoughts on the New International Economic Change**. Paris, UNESCO.